Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Criado na bonança...

Acostumado a gerir o estado da Bahia com ampla maioria da Assembleia Legislativa, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, ainda vai tropeçar muito, conforme avaliam os próprios petistas. Ele se acostumou a trabalhar com dois terços dos deputados fechados com seus projetos. No governo federal e com um Congresso conservador, a toada é bem diferente. Quem ganhou a eleição foi o antibolsonarismo e não Lula.

Para constar

A promessa às ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Sônia Guajajara (Povos Originários) de que o presidente conversaria com os congressistas para reverter a retirada de atribuições de ambas as pastas, foi recebida no Congresso como uma conversa protocolar. Afinal, como o leitor da coluna já sabe, não há tempo de mudar muita coisa.

Nem veto é tranquilo

No caso da medida provisória que determinou a estrutura e atribuições dos ministérios, há dentro do governo quem avalie ser impossível o presidente vetar as mudanças propostas pelo relator. É que, se vetar, fica do jeito que estava no governo de Jair Bolsonaro.

Por falar em tranquilidade...

A da família de Jair Bolsonaro acabou. Aberta a CPMI, é questão de tempo até ele ser chamado a depor sobre os atos de 8 de janeiro. E, como dizia o ex-governador pernambucano Eduardo Campos, já falecido, a população, só de ver o sujeito sentado ali, depondo, fica desconfiada de que "boa coisa aquele senhor não fez".

Expectativa & realidade

A aprovação do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados deixou o governo tão animado que já tem ministro projetando que, a partir do segundo semestre, tudo será diferente. A recuperação econômica vai melhorar os índices de popularidade de Lula e jogar a base do presidente da Câmara, Arthur Lira, no colo do Planalto. Aliás, todo o planejamento para melhoria nos índices de popularidade presidencial tem entre seus objetivos, essa transferência de apoio parlamentar de Lira para Lula.

Só tem um probleminha: essa transferência de base, num Congresso de perfil conservador, dificilmente ocorrerá. E, se Lira perceber que os petistas querem reduzir o poder do comandante da Câmara, o presidente Lula terá mais dificuldades em fazer valer a agenda de seu governo, a começar pela própria estrutura, já modificada pelo relator, Isnaldo Bulhões (MDB-AL). Nesse sentido, a vida do governo, que já não será fácil, corre o risco de ficar pior.



CURTIDAS

Ed Alves/CB



Concorrência/ A CPMI dos atos de 8 de janeiro terá sua próxima reunião no mesmo dia em que o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, irá à Câmara Legislativa do DF depor na CPI que apura o quebra-quebra daquele domingo. Na próxima quinta-feira, os holofotes devem ficar sobre o general.

Esse sistema de orçamento impositivo tornou o país ingovernável"

Do deputado distrital Chico Vigilante (PT), ao analisar o cenário nacional em entrevista ao canal MyNews

ESG I/ No rastro do tripé que hoje domina os debates empresariais — meio ambiente, olhar social e governança —, o ex-governador de São Paulo João Doria, co-chairman do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), acaba de formar uma estrutura para dar apoio à área social. O mundo tem que refletir e agir para cuidar dos seus problemas.

ESG II/ O LIDE Responsabilidade Social será comandado por Célia Parnes, ex-Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Célia vai compor um grupo de trabalho envolvendo unidades que atuam na equidade racial, inclusão, mulheres e diversidade. O papel do LIDE será ampliado, segundo Doria, não apenas no plano econômico, mas também no plano sócio-ambiental. É alvissareiro saber que o empresariado hoje tem essa mentalidade.

JUDICIÁRIO

STF chancela lei ambiental

Supremo valida legislação do Ceará que proíbe pulverização aérea de agrotóxico. Iniciativa do estado nordestino é pioneira

» RENATO SOUZA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por maioria, uma lei do Ceará que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos. A legislação aplicada na região é a primeira do tipo no país e foi criada para proteger trabalhadores da exposição a produtos tóxicos, que geram grave deterioração da saúde e leva a incapacidade para o trabalho. Os chamados defensivos agrícolas, que têm como objetivo combater pragas, podem ficar no organismo durante toda a vida caso seja jogado sobre pessoas.

A lei 16.820/19 foi batizada de Zé Maria do Tomé, em homenagem a um líder comunitário assassinado em 21 de abril de 2010 no município de Limoeiro do Norte (CE). Zé Maria dedicou-se, durante a vida, para denunciar os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos na fruticultura localizada na Chapada do Apodí, principalmente em razão da pulverização aérea.

Inicialmente, a lei era municipal. Mas foi revogada pelos vereadores após o assassinato do ativista. No entanto, em seguida, foi aprovada em âmbito estadual.

Antonio Cunha/CB/D.A Press



STF: oito ministros acompanharam o voto da relatora Cármen Lúcia pela constitucionalidade da lei

A lei foi questionada no Supremo pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A Chapada do Apodi é responsável pela plantação de 2.950 hectares de banana, e estima-se que na região sejam derramados 442.550 litros de calda tóxica por ano. Os efeitos para a população afetada com o veneno vão de problemas com dores de cabeça, vômitos, náuseas e alergias e a morte de animais após pulverização aérea.

Normas protetivas

Ao analisar o caso, os ministros do Supremo entenderam que a legislação atua no sentido de proteger a saúde coletiva e o meio ambiente.

A relatora da ação, ministra Cármen Lúcia, entende que não existe impedimento para que estados criem leis para proteger a saúde das pessoas. "Não há óbice constitucional a que os Estados editem normas mais protetivas à saúde e ao meio ambiente quanto à utilização de agrotóxicos. A regulação nacional limita-se a traçar os parâmetros gerais quanto à matéria, estabelecendo atividades de coordenação e ações integradas", afirmou.

"Inúmeros estudos alertam para a relação entre agrotóxicos, contaminação ambiental e doenças, em particular o câncer".

Trecho do abaixo-assinado enviado ao STF em defesa da lei estadual contra a pulverização aérea de defensivos agrícolas

O voto dela foi seguido pelos ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin.

O julgamento do Supremo consolida a vitória de uma mobilização em favor do meio ambiente no Ceará. Mais de 160 entidades ambientalistas e científicas, além parlamentares e movimentos sociais, assinaram um abaixo-assinado dirigido ao tribunal em defesa da lei Zé Maria do Tomé.

O documento, intitulado "Chuva de Veneno Nunca Mais", afirma: "Inúmeros estudos alertam para a relação entre agrotóxicos, contaminação ambiental e doenças, em particular o câncer. A utilização de pesticidas — sobretudo através da técnica de pulverização aérea — também responde pela incidência de inúmeros outros agravos à saúde e ao meio ambiente: más formações congênitas, alterações endócrinas, contaminação do solo e dos mananciais hídricos, etc."

O abaixo-assinado lembra, ainda, que a União Europeia restringiu a pulverização aérea de pesticidas em 2009, autorizando-a apenas em situações excepcionais.

INVESTIGAÇÃO

PGR põe na mira os negócios de Nikolas

» RENATO SOUZA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) deu prazo de 15 dias para que o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) explique a participação dele na sociedade de uma empresa aberta em Minas Gerais em setembro do ano passado. De acordo com representação feita no órgão, a Destra Cursos LTDA recebeu recursos da campanha de Bruno Engler dias após ser criada.

Bruno era deputado estadual e foi candidato a prefeito de Belo Horizonte em 2020, quando Nikolas concorreu e venceu o pleito para vereador. Engler é conhecido por ser próximo a Nikolas. Eles fizeram campanha eleitoral juntos.

A representação foi feita ao Ministério Público Federal (MPF) pelo jornalista Diego Feijó de Abreu. Ele apresentou comprovantes de que a empresa recebeu R$ 67 mil para prestar serviços à campanha de Bruno em setembro. Dois meses depois, em novembro, Nikolas recebeu 15% das cotas sociais da Destra Cursos — que na época estavam avaliadas em R$ 45 mil.

No entanto, a entrada do atual deputado federal na sociedade só foi oficializada em cartório em fevereiro deste ano. Na PGR, o caso está sob responsabilidade da vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo.

O nome da empresa teria ligação com um site que Nikolas usa para vender cursos pela internet. "O representante aduz, ainda, que tal inovação teria estreita relação com site utilizado pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira para a venda de seus cursos,soudestra.com.br", destaca Lindôra.

O **Correio** entrou em contato com a assessoria de Nikolas Ferreira, mas não obteve resposta.

Em outro caso, A Procuradoria-Geral da República (PGR) considerou que a declaração de Nikolas Ferreira (PL-MG), no Dia da Mulher, na Câmara dos Deputados, está protegida pela imunidade de parlamentar. Com esse parecer, a PGR defendeu que o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeite pedidos de investigação contra o deputado federal com relação ao discurso de 8 de março deste ano.

Nas redes sociais, o deputado comemorou o posicionamento da PGR. "Povo do Brasil, hoje, por incrível que pareça, a justiça aconteceu no nosso país", escreveu. (**Com Thiago Prata**)